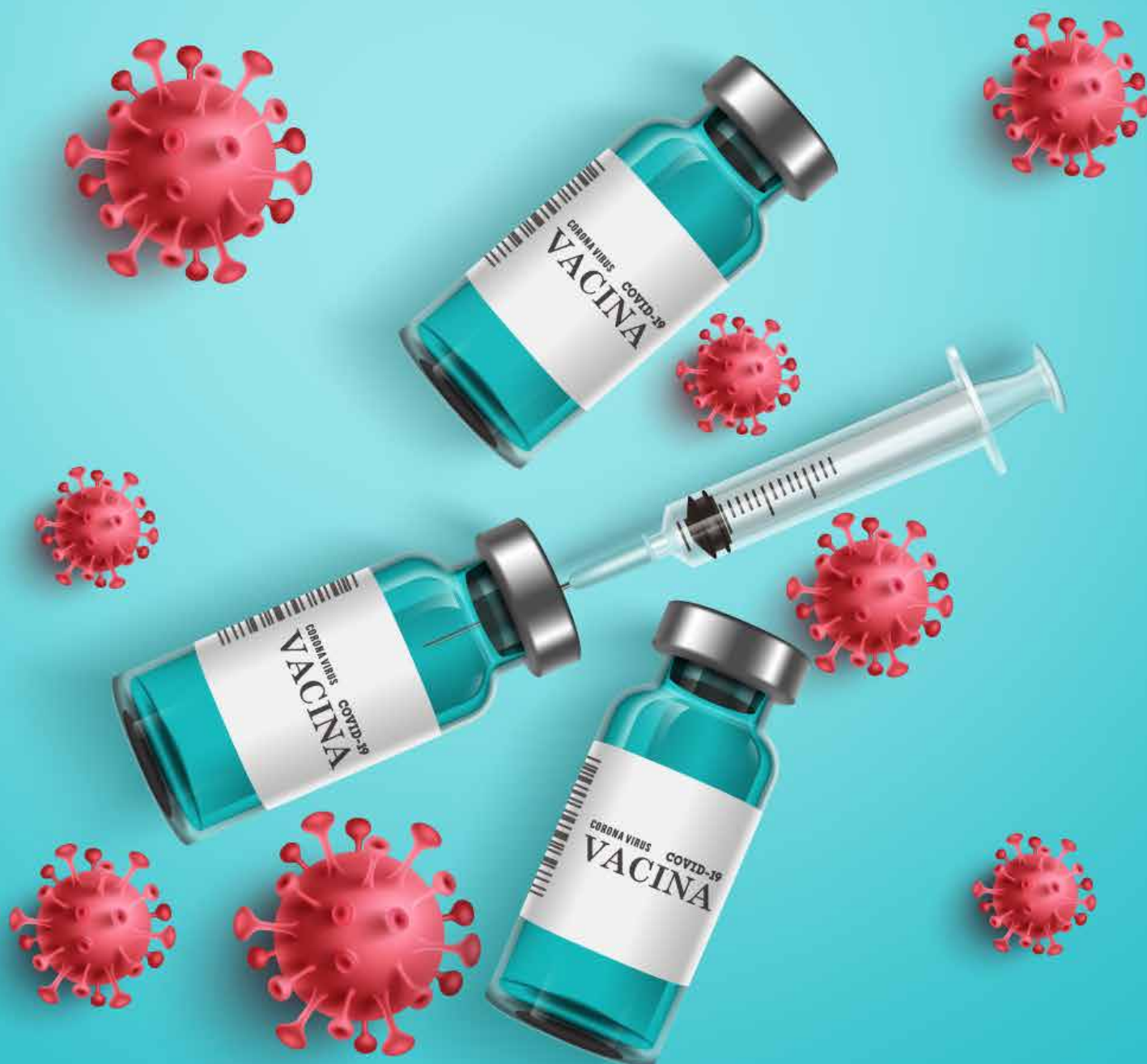




QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?

# GOVERNO ANTICIÊNCIA AMEAÇA A SAÚDE PÚBLICA E A EDUCAÇÃO NO BRASIL



**C**hegamos ao final de um ano que parece não terminar. Iniciamos 2020 com a perspectiva de importantes lutas a serem travadas, em especial contra a retirada de direitos e o avanço da extrema direita no país. Ainda em março, na semana que antecedeu ao fechamento das instituições de ensino, ANDES-SN, FASUBRA e SINASEFE haviam lançado o Comando Nacional de Greve e Mobilizações, na expectativa de que entraríamos em um necessário e desafiador crescente das lutas. Porém, na semana seguinte fomos tomados por uma nova realidade, absolutamente excepcional, imposta pelo isolamento social por conta da pandemia da Covid-19 que já matou mais de 170 mil pessoas e contaminou mais de 6 milhões, em todo o Brasil, sem contar as subnotificações.

Começamos o ano sob a perspectiva da luta e fomos empurrados para uma realidade adversa, que limitou, em muito, estas lutas aos espaços virtuais. Terminamos o ano recomeçando a organização nas ruas, com atos contra a reforma administrativa, contra as intervenções nas instituições de ensino e novamente nos deparamos com o aumento de casos e mortes pela Covid-19 no Brasil. Quando recomeçávamos a ensaiar o retorno para as ruas, novamente somos impulsionados a repetir que as vidas devem estar acima dos lucros e que devemos manter o isolamento social.

Em meio ao mundo remoto e virtual, nossas condições de trabalho e ensino foram se tornando cada vez mais aviltantes. O ensino remoto emergencial, entendido como uma grande alternativa para a solidificação do projeto do capital para a educação, a cada dia parece agradar ainda mais a uma parte da categoria e alguns

gestores. Com instituições de ensino fechadas e com particularidades diversas para a implementação do ensino mediado por tecnologias, o custo do trabalho virtual recaiu sob a categoria docente e de técnico-administrativos, que tiveram que se utilizar do já reduzido salário, pela contrarreforma da previdência, pela retirada de adicionais, entre outros, para cumprir suas tarefas laborativas. Cada vez mais as transformações do mundo do trabalho da iniciativa privada invadem o setor público, e passamos a não ter mais a separação entre o público (espaço de trabalho) e o privado (espaço da residência). Nossas casas se tornaram salas de aula, com nossos equipamentos, com a internet e a luz paga por nós. Aos discentes restou o que o “mundo” da internet oferta para acesso a livros e textos, comprovamos que o aparentemente ilimitado mundo da internet tem muitas limitações e, assim, passamos a adaptar conteúdos.

Um ano de muitas mudanças, quase todas acelerando processos de adoecimento, dificultando a organização coletiva dos docentes e do conjunto da classe trabalhadora e explicitando o “preço” de um país dirigido pela perspectiva anticidência, fundamentalista, militarizada e milicianista. Desde a época da ditadura civil militar nunca havia feito tanto sentido explicitar a defesa das liberdades democráticas. Segmentos da população historicamente marginalizados voltam a ser “jogados” para a invisibilidade e novamente se naturaliza a violência e o assassinato de negros e negras, mulheres, quilombolas, LGBTQI+ e defensores dos direitos humanos. Uma escalada de perseguições e retrocessos que parece não ter fim.

Nessa conjuntura, ousamos manter o sindicato na linha combativa e, mesmo no limitado mundo virtual, travamos importantes lutas no período, como a contra a reforma administrativa, o ensaio de manifestações de rua, denúncias das arbitrariedades dos governos. E internamente, a luta contra a transposição do ensino presencial para o remoto, ao mesmo tempo buscando direitos dos docentes e discentes e sem banalizar o processo de ensino-aprendizagem. Vivemos, no âmbito das instituições de ensino, o avanço da perseguição, expressa, entre outros, pelas autoritárias nomeações de gestores que não foram os mais votados pela comunidade acadêmica.

Em uma conjuntura de retrocessos e muito desafiadora para a classe trabalhadora e para a defesa do projeto de educação pública, gratuita, laica, antipatriarcal, antissexista, anticapacitista, antimachista e antilgbtqi+ que defendemos, reafirmamos a democracia interna do Sindicato Nacional, com a eleição da nova diretoria nacional, de forma telepresencial, pela base.

Assim, chegamos ao fim de mais um ano, com transição de gestão, com disposição para dar continuidade à luta e intensificar a mobilização da categoria. Para isso, como dizia Paulo Freire, é necessário esperar e ao mesmo tempo, colocar no horizonte de nossa luta, o desejo da emancipação humana, como inspiração para continuar a caminhada sem se limitar ao possível dentro da ordem do capital.

Que não deixemos de perguntar, até termos respostas, quem mandou matar Marielle Franco? Que nos indignemos, todos os dias, com o extermínio da população pobre e negra e que lutemos pelo fim do racismo estrutural que mata Betos, Claudias e tantos outros.

# #FIQUE EM CASA

# BASTA BOLSONARO E MOURÃO!

## EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // site: [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br) // e-mail: [imprensa@andes.org.br](mailto:imprensa@andes.org.br)

Diretor Responsável: Cláudio Mendonça

Edição: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Coordenação de Pauta: Bruna Adelaide DrT 9045/DF

Jornalistas: Bruna Yunes DrT 9045/DF, Luciana Sendyk, Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Diagramação, revisão e arte final: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens



# Seções sindicais do ANDES-SN realizam *lives* artístico-culturais em tempos de pandemia



Diversas seções sindicais do ANDES-SN têm promovido *lives* artístico-culturais para alegrar os seus sindicalizados e reduzir o estresse diante do isolamento da pandemia da Covid-19. Com os espaços culturais, de lazer e de convivência fechados, as entidades têm promovido, por meio de transmissões ao vivo em suas redes sociais, apresentações com artistas locais, sorteios de brindes e, ainda, debates políticos e ações de solidariedade.

No Pará, a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará (Adufpa – Seção Sindical do ANDES-SN) marcou o Dia do Professor, 15 de outubro, com uma festa virtual com os cantores paraenses Gigi Furtado, Ronaldo Silva e Allan Carvalho. O evento foi transmitido no dia 18 de outubro, nas redes sociais da entidade, e contou com grande participação os sindicalizados que expuseram fotos, mensagens e vídeos. Entre maio e julho, a Adufpa SSind. realizou uma transmissão por semana com conteúdos musical, poético e performático.

No Rio de Janeiro, a Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense (Aduff SSind.) organizou um ato político-cultural em homenagem aos docentes e para marcar o aniversário da Aduff SSind., que completou 42 anos. A transmissão aconteceu no dia 31 de outubro e contou com uma performance especial do

cantor e compositor Chico César. O evento foi transmitido ao vivo nos canais e redes sociais da entidade.

Já a Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de São João del-Rei (ADUFSJ SSind.) realizou no dia 18 de outubro a *live* “Resista! Solidariedade, luta e alegria na pandemia”. Atrações musicais locais e a participação dos próprios sindicalizados, que apresentaram suas habilidades na música, poesia e performance artística, marcaram o evento, assim como a campanha de solidariedade para arrecadar recursos para a reconstrução da Escola Popular Eduardo Galeano, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), destruída pelo governo de Minas Gerais, em um traumático processo de desocupação das terras do acampamento Quilombo Campo Grande.

De maneira contínua, a Associação dos Docentes da Universidade do Estado da Bahia (Aduneb SSind.) tem proporcionado momentos de alegria e descontração em encontros musicais que ocorrem a cada duas semanas. Com mais de 15 edições, docentes, discentes, ex-estudantes da Uneb, entre outros, têm apresentado um repertório homenageando a Música Popular Brasileira (MPB) e o cancionário regional brasileiro.

Substituindo o tradicional Baile dos Professores, devido à pandemia, a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso (Adufmat SSind.), transmitiu, no dia 5 de novembro, o show literomusical “Nem cálice nem cale-se”, com a participação de artistas regionais. A iniciativa homenageou os dias do Professor e do Servidor Público (28 de outubro).

Segundo Gilberto Marques, diretor-geral da Adufpa SSind., as *lives* realizadas pela seção sindical aproximaram a base e outros setores em torno de um espaço que não fosse apenas político-acadêmico e sindical. “Criamos um espaço virtual para as pessoas se reencontrarem, conversarem, assistirem e cantarem juntas. Foi importante para enfrentarmos um dos momentos mais difíceis [da pandemia] em Belém e em outras cidades, que foi o *lockdown* de mais de duas semanas. E, também, para diminuir o impacto psicológico com as perdas de professores na UFPA devido ao coronavírus”, contou.

Marques também ressaltou que os encontros virtuais ajudaram a engajar a categoria na campanha de solidariedade organizada pela entidade e foram, ainda, palco para artistas se apresentarem com remuneração financeira, já que, diante do isolamento causado pela Covid-19, essa categoria foi muito prejudicada, impossibilitada de se apresentar presencialmente.



# Entidades mobilizam contra a Reforma Administrativa



Foto: Aduferre SSind

Desde que o governo federal sinalizou a intenção de uma reforma administrativa com o propósito de desmonte dos serviços públicos, as diversas entidades representativas das categorias do funcionalismo, em âmbito federal, estadual e municipal, têm atuado para denunciar os ataques aos servidores e a toda população. A mobilização foi intensificada após o envio da Proposta de Emenda Constitucional – PEC – 32/2020, ao Congresso Nacional, no início de setembro desse ano.

Além da uma ampla campanha nas redes sociais, elaborada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) em articulação com o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), várias outras ações estão sendo elaboradas pelo ANDES-SN, suas seções sindicais e demais entidades sindicais.

Atos locais, respeitando o distanciamento e demais medidas de segurança sanitária, outdoors, campanhas nas redes sociais, pressão junto aos parla-

mentares, lives e debates foram algumas das tantas ações desenvolvidas nos últimos meses.

“Até agora, as ações relativas à resistência contra a reforma administrativa têm sido importantes, pois estamos conseguindo desenvolver, no âmbito do Fonasefe e em articulação com o Fonacate, uma campanha nacional contra a PEC 32/2020. Além de ter capilaridade no conjunto de categorias do serviço público, a campanha também tem buscado dialogar com o conjunto da sociedade, mostrando que a reforma administrativa atinge, sobremaneira, a população, numa perspectiva de retirada de direitos”, explica Eblin Farage, secretária geral do ANDES-SN.

## Ações nas Seções Sindicais

Além de ampla organização de atos, por todo o país, para marcar o Dia Nacional de Luta contra a Reforma Administrativa e em defesa dos serviços públicos, várias seções sindicais realizaram ações para engajar a categoria e dialogar com a sociedade.

Por exemplo, a Seção Sindical do ANDES-SN na Universidade Federal de Santa Maria (Sedufsm – Ssind) colocou na rua, a partir de 22 de setembro, a campanha “Proteja o que é seu. Defenda o serviço público. Contra a reforma administrativa”, que contou com cards para redes sociais, reportagens, vídeo animação, outdoors pela cidade e entrevistas em rádios e TVs locais. Além disso, diretores da Sedufsm têm se reunido com docentes de cada departamento da UFSM para dialogar sobre os malefícios da reforma.

Também no Rio Grande do Sul, a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas (AdufpeL SSind) lançou, desde setembro, diversas peças como spots, faixas, cards e vídeos contra a reforma e realizou lives e programa de rádio com a temática. Além disso, foram instaladas faixas pela cidade em prédios da UFPel, do IFSul-CaVG e Unidades Básicas de Saúde.

A Associação de Docentes da Universidade Federal Fluminense (Aduff SSind.) também realizou lives sobre o tema, que foram editadas em mini-vídeos para distribuição via whatsapp e redes

sociais. Marcou presença também em dois atos na capital, Rio de Janeiro, nos dias 15 e 28 de outubro, além de fazer um ato-show, no dia 31 de outubro, com a participação do cantor Chico César.

A Associação dos Professores do Ensino Superior de Juiz de Fora (Apes JF Seção Sindical) elaborou, além de várias matérias, vídeos explicativos sobre a reforma administrativa. Os diretores da seção sindical participaram de reuniões com outras entidades, atos e audiência na Câmara Municipal. Já a Associação de Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto (Adufop SSind.) realizou uma live em outubro com o tema Reforma administrativa e impactos sobre a universidade pública e carreira docente. Além de compartilhar materiais produzidos pelo ANDES-SN e Fonase em suas redes.

O Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará (Adufc-Sindicato) também produziu matérias e um vídeo que detalhou, ponto a ponto, os ataques ao serviço público e à democracia nacional contidos na reforma administrativa.

Na Bahia, a Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (AduSB SSind) vem desenvolvendo, há alguns meses, a campanha “Mentira dura até chegar a verdade: a Reforma Administrativa prejudica você”. As ações foram pensadas a partir do entendimento de que o presidente e demais defensores da PEC 32, inclusive a imprensa, partem de argumentos mentirosos para convencer a população de que a reforma é necessária e positiva. Foram colocados outdoors em Vitória da Conquista e Itapetinga (BA). Carros de som também circularam nos bairros periféricos e spots veiculados nas rádios das referidas cidades e em Jequié. Além de uma live, a seção sindical também produziu dois vídeos sobre os riscos da

Reforma administrativa e mentiras contadas sobre o serviço público.

### Censura

Apesar dos esforços da AduSB SSind, veiculadoras de outdoor em Jequié se recusaram a publicar a campanha de outdoor. Três empresas rejeitaram o conteúdo proposto com justificativas que variaram entre medo de destruição das placas por parte dos apoiadores do governo e crítica à caricatura do presidente presente no material.

O ANDES-SN passou pela mesma experiência com algumas empresas para fixar outdoors elaborados pelo Sindicato Nacional, pois a arte com a imagem de Jair Bolsonaro foi recusada.

“Tivemos que alterar a arte para que as empresas aceitassem divulgar. Fixamos em algumas cidades esses outdoors, o que foi bem positivo, porque é uma maneira de dialogar com o conjunto da população”, conta Eblin Farage.

### Ações futuras

A secretária-geral do ANDES-SN ressalta que a luta contra a reforma administrativa deve ter continuidade ainda nos próximos meses, uma vez que a pressão para que fosse pautada no Congresso Nacional foi suspensa devido ao período eleitoral.

“Ainda vivemos o clima da eleição em novembro e a nossa avaliação é que, por conta disso, a reforma não deve tramitar esse mês. Possivelmente, em dezembro não seja possível passar por todo o rito de votação de uma PEC, mesmo que o processo seja acelerado. Então, muito provavelmente, a proposta não tramite esse ano, mas seja retomada no início de 2021, como uma das principais ações do governo federal em articulação com o Congresso Nacional”, explica.

Nesse sentido, segundo a diretora do ANDES-SN, a perspectiva é de manter a

mobilização acesa. Para ela, a defesa dos serviços públicos e o combate à reforma administrativa devem ser os principais motes da luta nos próximos meses.

“Talvez nosso grande desafio seja dialogar com o conjunto da população no sentido de demonstrar a gravidade que essa contrarreforma vai significar para as políticas públicas e para os direitos sociais”, observa Eblin.

## Mandado de Segurança pede suspensão da PEC 32

O Mandado de Segurança 37488 foi impetrado no dia 21 de outubro no STF, por parlamentares da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil). O documento pede a suspensão da tramitação da PEC 32/2020 e a divulgação de todos os dados utilizados para embasar a proposta de Reforma Administrativa, que foram classificados como sigilosos pelo Ministério da Economia.

O ministro Marco Aurelio de Mello, relator do MS, pediu manifestação do presidente da Câmara dos Deputados sobre a questão. Rodrigo Maia afirmou que, na prática, a análise e votação da PEC 32/2020 já estão paralisadas. Segundo o parlamentar, devido às condições excepcionais impostas ao funcionamento da Câmara pela pandemia de Covid-19, “a tramitação de emendas constitucionais que não contam com o amplo apoio do Plenário resta sobremaneira dificultada”.

Embora a PEC 32/2020 ainda não tenha iniciado o rito de tramitação, a resposta de Maia não garante que a mesma não entrará em pauta.

**A REFORMA ADMINISTRATIVA VAI DESTRUIR O BRASIL**  
**SE ELA PASSAR, O POVO VAI TER QUE PAGAR CARO PARA TER**  
**ACESSO A SERVIÇOS QUE HOJE SÃO PÚBLICOS!**

**DIGA NÃO À PEC 32/2020**

**ANDES**  
 SINDICATO NACIONAL  
 CSP - CONLUTAS



# Postura de Bolsonaro influencia resistência de população às vacinas chinesa e russa, diz estudo

*Disputa política tem ameaçado saúde pública no Brasil. Casos e mortes de Covid-19 crescem no mês de novembro*



FOTO: SHUTTERSTOCK

**O**s brasileiros têm, em geral, grande intenção de se imunizar contra a Covid-19 quando uma vacina segura estiver disponível para a população. Entretanto, há uma resistência maior em tomá-la, caso a vacina seja produzida na China ou Rússia.

Segundo o estudo “A comunicação no enfrentamento à Covid-19: Identificação de desigualdades informacionais em segmentos sob risco”, realizado pelo Centro de Pesquisa em Comunicação Política e Saúde Pública da Universidade de Brasília (CPS/UNB), com 2.771 brasileiros, 78,1% dos entrevistados têm alguma ou muita chance de se proteger, sendo menor a parcela dos que dizem ter nenhuma ou pouca chance de se vacinarem (21,9%).

Apesar do aceno de grande parte dos brasileiros em se imunizar, os resultados

da pesquisa mostram que a intenção de vacinação reduz quando a droga tem sua produção associada à China (-16,4%), Rússia (-14,1%), aos Estados Unidos (-7,9%) e Inglaterra (-7,4%).

O estudo identificou que, entre os apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), apenas 27% deles têm muita chance de se vacinarem se a substância for produzida na China. Entre os opositores do governo, essa porcentagem dobra (54%), mesmo com uma vacina produzida na China.

Na avaliação do Centro de Pesquisa, os números indicam que a polarização política está muito associada a diferentes padrões de comportamento dos brasileiros em relação à pandemia e, especificamente, em relação à intenção de vacinação. A vacina chinesa, tema da atual disputa entre Bolsonaro e o

governador paulista João Doria (PSDB), tem adesões muito diferentes entre brasileiros que avaliam positivamente ou negativamente o governo federal.

Segundo Jacqueline Lima, da coordenação do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA) do ANDES-SN, na corrida para a criação de um antivírus, as polêmicas criadas por Bolsonaro sobre as vacinas em desenvolvimento, podem causar um retrocesso sem precedentes no que diz respeito ao Programa Nacional de Imunizações (PNI), criado em 1973 no país e referência internacional de política pública de saúde.

“Ao polarizar o debate em uma perspectiva ideológica, insinuando que a vacina desenvolvida pela China não seria confiável, Bolsonaro está

estimulando indiretamente a desconfiança no PNI e nas vacinas oferecidas à população. No mesmo sentido, este governo ridiculariza a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que possuía credibilidade e seriedade em suas análises, com a decisão de suspender os testes com a vacina Coronavac realizados no Brasil, com a falsa justificativa de ocorrência de ‘efeito adverso grave’”, disse.

Desde o início da pandemia da Covid-19 no Brasil, o presidente propaga notícias falsas sobre o vírus em pronunciamentos, nas ruas e nas redes sociais. Aliado a isso, Bolsonaro possui apoiadores em todo país que seguem seus posicionamentos. Segundo a coordenadora do GTSSA, a postura do governante fortalece também o movimento antivacina, que ganha projeção por meio de *fake news* - ou notícias falsas, em português.

“A população desconhece que a Índia e a China são grandes produtoras de medicamentos e vacinas e que a maioria dos insumos e reagentes usados na produção de vacinas, inclusive aquelas que estão em desenvolvimento atualmente contra a Covid-19, são produzidos na China”, explica a docente, que também é enfermeira e doutora em Saúde Pública pela Universidade de Montreal, Canadá.

A diretora do Sindicato Nacional alerta sobre a possibilidade de tumulto durante o período de vacinação, com questionamentos da população sobre a procedência da vacina, ou ainda, com uma cobertura inferior à esperada, devido à redução da adesão da população. Ela explicou que há uma necessidade de cobertura vacinal de mais de 70% da população. Com isso, as vacinas a serem adquiridas e distribuídas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) poderão ser provenientes de diferentes fabricantes.

### Garoto-propaganda

O entusiasmo de Jair Bolsonaro pelo uso de remédios para prevenção e tratamento da Covid-19 como a cloroquina e ivermectina - medicamentos que não possuem evidências científicas para o combate do coronavírus - e o descaso com a única forma de conter o vírus, que é a vacina, chamam a atenção da docente.

Para ela, o posicionamento do governo estimulou médicos e algumas operadoras de planos de saúde, apoiadores do presidente, a divulgar, prescrever e

distribuir esses medicamentos para a população. “É importante lembrar que empresários da indústria farmacêutica próximos a Bolsonaro lucraram, e muito, com seu ‘garoto propaganda’”, alerta.

No mês de julho, foi destaque nos meios de comunicação que a prescrição médica de cloroquina e hidroxicloroquina disparou em 2020 por causa da pandemia, segundo levantamento feito Conselho Federal de Farmácia (CFF). Nos primeiros cinco meses deste ano, em comparação com o mesmo período do ano passado, o crescimento foi de 676,89% para a cloroquina e 863,34% para a hidroxicloroquina.

“A disputa provocada sobre a nacionalidade da vacina faz parte de estratégia de disputa eleitoral em 2022. Também aponta para o desinteresse do governo em adquirir as vacinas, independente de sua origem. Bolsonaro tem atuado no sentido de beneficiar os empresários [da indústria farmacêutica] e, no contexto das vacinas, se o governo federal não investir na aquisição das mesmas, o mercado privado será o grande beneficiário, quando uma boa parcela da população poderá ter que pagar para ter acesso às vacinas”, denuncia Jacqueline.

### Movimento antivacina e fake News

O movimento antivacina é uma oposição à vacinação pública e a sua existência é datada desde as primeiras campanhas de vacinação no mundo. Críticos da vacina se baseiam em ideias sem comprovação científica e em teorias da conspiração que, atualmente, têm se disseminado com as *fake news*, que é uma produção deliberada de desinformações ou boatos via jornal impresso, televisão, rádio, sites e distribuída, principalmente, por meio das mídias sociais.

Um relatório recente da ONG Centro de Combate ao Ódio Digital (CCDH) estima, por exemplo, que as empresas donas do *Facebook*, *Instagram*, *Twitter*, *Google* e *YouTube*, entre outras plataformas, lucram até 1 bilhão de dólares por ano em publicidade graças ao movimento antivacinação, o que ameaça a eficácia de uma futura vacina contra o coronavírus.

No Brasil, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das *fake news* no Congresso Nacional concluiu que o governo Bolsonaro pagou 653.378 vezes por anúncios em 47 sites de

notícias falsas, de 6 de junho a 13 de julho de 2019. Entre os campeões da mentira, o relatório da CPMI destaca os sites: Jornal 21 Brasil, Imprensa Viva, Gospel Prime, Diário do Brasil e Jornal da Cidade Online.

\*Com informações da Secom UNB

### Dados da Covid-19

De março até o final de novembro, já são mais de 6 milhões de pessoas contaminadas no Brasil e 169 mil mortas pelo vírus, segundo o levantamento feito pelo consórcio de veículos de imprensa\*. Dez estados apresentaram alta na média móvel de mortes em comparação à última semana da coleta de dados.

O Brasil, segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), ocupa o terceiro lugar com o maior número de pessoas contaminadas e o segundo em número de mortes, atrás apenas dos Estados Unidos, com mais de 253,9 mil mortes até o dia 23 de novembro.

\*Dados atualizados em 23 de novembro





# Matrículas em cursos de graduação a distância expandiram 192,4% em dez anos no país

Inscrições em EAD ultrapassou a marca de 2,4 milhões de alunos em 2019 e já representa quase um terço do total, aponta Censo



Foto: CUT

emancipatória, reflexiva. A nossa luta deveria ser por uma universidade pública e presencial”, avalia.

Em 2020, com a pandemia da Covid-19, o número de matrículas em EAD deve aumentar ainda mais, de acordo com Elizabeth. “Os grandes conglomerados de telecomunicações estrangeiros e as instituições de ensino estão investindo nessas plataformas para propagar cada vez mais o ensino a distância”, afirma.

A docente acrescenta, também, como um ataque ao ensino presencial, a portaria 2117/19, publicada pelo Ministério da Educação, no final de 2019, que permitiu que as instituições dobrassem a carga horária de EAD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais até o limite de 40% da carga horária total do curso.

“O ANDES-SN tem uma posição histórica em relação ao ensino a distância. Debates sobre o tema há três décadas e temos um acúmulo do que [essa modalidade] significa. Publicamos também uma cartilha sobre os modelos de ensino, recuperando as discussões ao longo dessas décadas e nos mantemos firmes na defesa do ensino presencial. É preciso reafirmar o projeto de educação que defendemos e lutar muito pela educação pública, laica e socialmente referenciada”, conclui.

Três em cada dez matrículas no ensino superior são para cursos de graduação a distância, segundo dados do Censo da Educação Superior de 2019, divulgados no último mês pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Das 8,6 milhões de matrículas realizadas no ano passado - um aumento de 1,8% em relação ao total de matrículas em 2018 -, 2,4 milhões são na modalidade de ensino a distância (EAD), o que representa 28,5% do total. De 2018 para 2019, foi registrada uma alta de 19% no número de matrículas EAD.

Entre 2009 e 2019, as inscrições de cursos de graduação a distância expandiram 192,4%, enquanto na modalidade presencial o crescimento foi apenas de 20,3% nesse mesmo período. Já o ensino presencial, conforme o Censo, amarga quedas desde 2015. O número de matrículas na modalidade diminuiu 3,8%, entre 2018 e 2019.

De acordo com o levantamento, 88,4% das instituições de ensino superior (IES) são privadas e apenas 11,6% públicas no país. As instituições privadas concentram a maior parte das matrículas do EAD, 93,6%, e a rede pública apenas 6,4%. A rede privada também detém o maior número

de inscrições com 6,5 milhões, o que representa 75,8% do total das 8,6 milhões de matrículas feitas em 2019. Enquanto a rede pública participa com 24,2%, um pouco mais de 2 milhões de inscrições. Em 2019, o EAD representou para as instituições privadas 35% das matrículas, ou seja, 2,2 milhões de novos alunos.

Para Elizabeth Barbosa, da coordenação do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) do ANDES-SN, são diversos os fatores que influenciam as pessoas a procurarem o ensino a distância. “Esse estudante tem dificuldade em acessar a universidade pública e a falta de uma política efetiva de acesso e permanência também o desencoraja. Quando esse jovem entra na universidade, não há perspectiva de conseguir uma bolsa de pesquisa, porque o investimento é cada vez menor, não tem moradia estudantil, alimentação e em muitos campi do interior, por exemplo, não há sequer restaurante universitário”, disse.

Segundo a diretora do Sindicato Nacional, a crise econômica e social no país faz com que esse jovem procure trabalho para prover o seu sustento ou de toda uma família. “Fazer um curso a distância é uma via mais fácil e barata financeiramente. Porém, o EAD é uma educação bancária, que não é transformadora, crítica,

## Cursos de graduação EAD

Em dez anos, o número saltou de 844 cursos, em 2009, para 4,5 mil cursos, em 2019. De 2018 para 2019, houve um crescimento de 42,6%. No ano 2000, só existiam 10 cursos EAD em todo o país.

## Desistência

O Censo da Educação Superior mostrou que mais da metade dos estudantes, 59%, que ingressam no ensino superior em 2010 desistiram antes de concluir o curso. Essa taxa foi um pouco maior, 63%, quando considerados apenas os cursos a distância.



# Marco Temporal afronta direito à demarcação de terras indígenas

Tese de ruralistas põe em jogo a sobrevivência dos povos originários brasileiros



Fotos: Milena Nixxa

Chamado Marco Temporal é uma disputa entre duas teses sobre o período a partir do qual os povos indígenas seriam considerados proprietários das terras que ocupam. Uma se baseia na "teoria do indigenato" e reconhece os povos indígenas como originários, ou seja, donos das terras que habitam. Já a outra propõe uma reinterpretação do texto constitucional, devido ao uso do verbo "ocupam" no presente, como consta no artigo 231 da Constituição Federal, que determina os direitos à terra dos índios.

A Frente Parlamentar da Agropecuária, também conhecida como Bancada Ruralista no Congresso Nacional, alega que os povos indígenas só teriam direito à demarcação das terras que estivessem sob sua posse no dia 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição. Ou, então, que estivessem em disputa comprovada naquela data. Ignora os povos que foram expulsos de seus territórios, seja devido à expansão rural e urbana, ao desmatamento ou mortos por proliferação de doenças, anterior à CF.

Na raiz da guerra de versões de textos jurídicos está um conflito entre indígenas e arroteiros. Em 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou o caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em

Roraima, decidindo que a terra pertencia aos indígenas "por lá estarem quando foi promulgada a Constituição Federal".

Em 2017, durante o governo Temer, a Advocacia-Geral da União (AGU) entendeu que esse julgamento, de um caso específico de uma Terra Indígena (TI), valia para todos os outros, contrariando o entendimento do próprio STF que, em 2013, reconheceu que o julgamento da Raposa Serra do Sol se aplicava exclusivamente ao caso citado.

O tema voltou à tona quando a Fundação de Amparo Tecnológico ao Meio Ambiente (Fatma) usou o parecer da AGU como argumento para destituir o povo Xokleng da área que ocupam, em Santa Catarina. O território não é o original da etnia, uma vez que ela foi sucessivamente desalojada. Em 1992, após a inauguração da Barragem Norte, a Funai montou um grupo de estudos para criar uma Terra Indígena na qual habitariam, não só os Xokleng, mas um total de 2 mil indígenas de diversos povos da região. Ações na justiça, entretanto, travaram o processo de criação da TI, parado desde 2003.

Em 2019, o ministro do STF, Alexandre de Moraes, decidiu que a ação que envolve a etnia Xokleng, em Santa Catarina, terá repercussão geral, servindo como referência para todos os casos do tipo.

Segundo Manuela Cordeiro, professora da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e atual diretora norte da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a tese do Marco Temporal é uma perigosa ameaça aos povos indígenas brasileiros, ao defender que eles deveriam estar ocupando as áreas reivindicadas de posse tradicional ou possuir uma ação judicial no dia da promulgação da Constituição de 1988.

"Isso não leva em conta a situação de tutela desses povos naquele momento. É mais uma das inúmeras violências sofridas por eles, além dos assassinatos, epidemias e contínuas invasões de terras", afirma.

A professora ressalta que os povos indígenas têm uma relação de tradicionalidade com a terra, uma vez que nela desenvolvem, de modo contínuo, suas atividades produtivas (agricultura e caça coletiva), sagradas, deslocamentos para visitas a curandeiros e xamãs, entre outras de reprodução física e cultural. Logo, o conceito de tradicionalidade deve ser lido como algo que não é estático e nem oposto à modernidade. "Tal relação de tradicionalidade com a terra não pode ser equiparada à noção de propriedade privada", defende.

A ação que envolve o povo Xokleng deveria ter sido julgada em 28 de outubro, mas foi novamente adiada. Não há previsão para julgamento.



## Entrevista com Antonio Gonçalves sobre o fim do mandato e avaliação da gestão

### 1 – Qual o balanço que faz das atividades executadas durante o biênio em que presidiu o ANDES-SN?

Estamos em uma etapa defensiva da luta de classes e enfrentamos, no último período, uma das conjunturas políticas mais adversas à classe trabalhadora desde a criação do ANDES-SN. Entretanto, avalio que o balanço das atividades é positivo, avançamos na construção da unidade de ação em diversos espaços do campo combativo e de luta, contribuimos para a criação do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes de Luta por Direitos e Liberdades Democráticas, ajudamos a construir diversas greves de universidades estaduais e a constituição de um comando nacional de mobilização e greve, com a FASUBRA e o SINASEFE. Ainda no primeiro ano de gestão tivemos uma posição muito firme contra as intervenções nas universidades e nos empenhamos no movimento antifascista, assim como contra o projeto do FUTURE-SE, que foi derrotado naquele momento. E agora, já no período da pandemia, nos empenhamos em campanhas para dar visibilidade às ações das instituições públicas de ensino e problematizamos, de forma responsável, a imposição do ensino remoto emergencial.

### 2 - Quais foram os principais avanços durante o período?

Avançamos no combate às opressões aprovando a paridade de gênero na composição da diretoria nacional; fortalecemos em nosso calendário de luta o dia nacional de luta contra o assédio moral e sexual; o dia nacional de luta, em novembro de combate ao racismo nas instituições de ensino superior; assim como 28 de junho como o dia de luta nacional contra a LGBTTifobia no interior das IFES/IEES/IMES. Contribuímos para o fortalecimento do ANDES-SN através da criação de novas seções sindicais, reativação de outras e retorno ao ANDES-SN de seções sindicais que estavam como sindicatos locais. Estivemos em todas as lutas unitárias em defesa da nossa categoria, dos servidores

públicos e da Educação superior pública.

### 3 – O ANDES-SN assumiu a frente em diversos ataques do governo Bolsonaro. Um dos primeiros, dentro do MEC, foi o lançamento do programa FUTURE-SE, além das intervenções nas universidades e outros ataques. Como você enxerga as lutas enfrentadas nesse período?

A educação e as IES públicas são uns dos principais alvos de ataques desde o início do governo Bolsonaro e de alguns governos estaduais. Barramos nas ruas e na luta as tentativas de cortes no orçamento da Educação no ano passado, com o 15M e o 30M, rearticulamos a Frente Nacional Escola sem Mordada, que freou o avanço do projeto Escola Sem Partido, temos resistido a todos os ataques à autonomia das IES públicas, como a medida provisória pela nomeação de gestores de unidades acadêmicas e o desrespeito à escolha de reitor(a)s pela comunidade acadêmica. As lutas foram muitas, mesmo que no último período com as ações de rua mais limitadas, mas ainda assim nos empenhamos em articulação junto ao parlamento, ações jurídicas e nas redes sociais.

### 4 – Por conta da pandemia do novo coronavírus, todas as atividades do Sindicato tiveram de ser adaptadas. Logo no início, as manifestações de rua passaram para as redes sociais, por conta do isolamento, e até mesmo a eleição da nova diretoria foi mudada por conta da Covid-19. Como encarou a situação provocada pela pandemia e a necessidade de mudanças estruturais para funcionamento do ANDES-SN?

A pandemia tem feito avançar o projeto do capital para a educação pública, com o avanço do trabalho e ensino remotos, a instituição de cortes orçamentários e impôs a nós muitos desafios organizativos. Na Diretoria, estabelecemos como prioridade salvar vidas e divulgar a importância das IES públicas no combate à pandemia, mas não descuidamos da mobilização da nossa categoria. Para isso, foram realizadas diversas reuniões conjuntas dos

setores, reunião nacional das assessorias jurídicas, CONAD extraordinários, todos de modo virtual, respeitando o necessário isolamento social.

### 5 – E quanto ao futuro? O que esperar dos próximos anos de governo Bolsonaro e os ataques à educação e também à classe trabalhadora?

Nenhuma ilusão com o governo Bolsonaro! A nossa luta deve continuar na perspectiva de derrotar o governo Bolsonaro e todo seu entulho autoritário, racista, lgbttifóbico, machista, misógino e que tem buscado destruir a educação pública. Também não podemos ter ilusões com o Congresso Nacional e nem com o STF, por isso nossos esforços e o grande desafio para o próximo período têm que ser ocupar as ruas e ampliar as lutas. E tanto quanto derrotar Bolsonaro, nosso desafio deve ser derrotar o bolsonarismo gerado, a sociedade do ódio, a criminalização e todos os demais efeitos nefastos da política militarizada, fundamentalista e miliciana que esse governo imprime ao país. Fora Bolsonaro/Mourão!

### 6 - Na sua avaliação, como deverá ser a luta por parte do movimento sindical docente diante dos projetos de privatização do ensino superior público e também das intervenções nas IES?

A luta deve ser unitária, envolvendo o conjunto das entidades da educação e em diversas frentes, tanto políticas quanto jurídicas. O esforço do ANDES-SN deve continuar sendo o de construir uma frente ampla nacional de luta em defesa da educação pública e dos serviços e servidore(a)s público(a)s. Nosso desafio deve ser ampliar a luta em defesa da educação pública com o conjunto da sociedade. A educação pública é um patrimônio social, conquistado pela classe trabalhadora, combater todas as tentativas de privatização deve ser uma de nossas tarefas, assim como reconhecer que o ensino remoto, por nós considerado excepcional, é um dos elementos do projeto do capital para a educação e por isso deve ser combatido enquanto modalidade hegemônica de educação.

### 7 - Quais os principais desafios que a nova diretoria irá enfrentar nos próximos anos?

O enfrentamento ao ensino remoto, como forma de avanço do projeto do capital, e seus impactos sobre o trabalho docente. A luta contra a reforma administrativa e o FUTURE-SE. E o fortalecimento da luta sindical, que no ANDES-SN passa pela ampliação da sindicalização e de sua base de atuação.



# Pandemia evidencia aumento de violência contra mulheres



Foto: SHUTTERSTOCK

O primeiro semestre de 2020, caracterizado pela realidade imposta pela pandemia do novo coronavírus, também foi marcado pelo aumento no número de feminicídios no país, assim como de outras mortes violentas. Em todo o Brasil, nos seis primeiros meses do ano, foram registrados 648 feminicídios. Em 2019, o mesmo período teve 636 casos.

Os dados estão no mais recente Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em outubro, nos quais constam ainda dados comparativos entre 2019 e 2018, além dos 6 primeiros meses de 2020. Os casos deste ano já foram compilados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em um esforço de iniciar uma análise do impacto da pandemia e suas consequências na violência no país.

Além de um maior número de feminicídios, houve aumento de 3,8% de chamadas para o número 180 sobre casos de violência doméstica, chegando a um total de 147.379 ligações, no primeiro semestre de 2020. No entanto, no mesmo período, violências não-letais contra a mulher, como lesão corporal, ameaças e estupro, registraram queda de 9,9% em comparação com 2019.

Porém, isso não significa que essas formas de violência contra mulheres de fato diminuam. O anuário aponta para um aumento de subnotificação dos casos. “Embora essas medidas sejam extremamente importantes e necessárias, a situação de isolamento domiciliar tem como possível efeito colateral consequências perversas para as milhares de mulheres brasileiras em situação de violência

doméstica, na medida em que elas não apenas são obrigadas a permanecerem em casa com seus agressores, mas também podem encontrar ainda mais barreiras no acesso às redes de proteção às mulheres e aos canais de denúncia”, explica nota do FBSP.

## Desmonte e ausência de políticas

“Num momento de pandemia, o que fica patente é como uma pandemia mundial é utilizada por um governo ultraliberal com a finalidade de retirar ainda mais os direitos da classe trabalhadora, sobretudo das mulheres”, denuncia Qelli Rocha, 1ª vice-presidente do ANDES-SN.

A diretora do Sindicato Nacional ressalta que uma série de medidas do governo federal contribuiu para o desmonte das já escassas políticas sociais voltadas ao combate à violência contra a mulher, bem como de equidade social de gênero. Por exemplo, as reformas Trabalhista e da Previdência, que tiveram impacto mais cruel para as mulheres, e o esvaziamento da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM), que até 2018 tinha caráter ministerial, e passou a ser subordinada ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

## 25 de novembro

O dia 25 de novembro marca o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher. Também representa, mundialmente, o início da campanha anual dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

Para Qelli, mais do que denunciar a violência interpessoal, que é uma manifestação da violência estrutural, é preciso combater o sistema patriarcal consubstanciado pelo sistema capitalista. “É preciso combater a retirada de direitos da classe trabalhadora, sobretudo porque elas incidem na vida das mulheres. A data é extremamente importante por isso”, diz.

Ela acrescenta que é também muito importante para o ANDES-SN, porque o Sindicato Nacional tem, ao longo dos últimos anos, construído uma história interna para mexer com as estruturas organizativas da entidade, por exemplo, com a implementação da paridade de gênero na composição da diretoria, para participação política efetiva e material das mulheres.

“A luta contra a dominação e a opressão da mulher perpassa e deve ser compreendida como um dos pés da luta contra a sociedade capitalista. Ou seja, é uma luta anticapitalista, que também impulsiona a luta antimachista e por consequência de maior proteção, autonomia e liberdade das mulheres”, conclui.

## 25 de novembro - Dia Internacional de Luta Contra a Violência à Mulher

A data foi escolhida em homenagem às irmãs Mirabal (Pátria, Minerva e Maria Teresa), conhecidas como Las Mariposas, que, por sua resistência à ditadura de Rafael Leónidas Trujillo, na República Dominicana, foram torturadas e assassinadas em 25 de novembro de 1960.

No Primeiro Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho de 1981, realizado em Bogotá (Colômbia), a data do brutal assassinato das irmãs foi proposto como dia Latino-Americano e Caribenho de luta contra a violência à mulher. Em 17 de dezembro de 1999, a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou 25 de novembro como o Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher.

## Violência contra a mulher\*

- Em 2019, 1.326 mulheres foram mortas, sendo que 89,9% pelos companheiros ou ex-companheiros. Do total das vítimas de feminicídio, 66,6% eram negras.

- A cada 2 minutos, uma mulher é agredida fisicamente.

- No Brasil, uma pessoa é estuprada a cada 8 minutos. A maior parte, 85,7%, era do sexo feminino, e 57,9% das vítimas tinham até 13 anos (o que configura estupro de vulnerável).

\*Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.





**RESISTÊNCIA**  
**LUTA**  
**ORGULHO**  
**EM EXISTIR**

• **20 DE NOVEMBRO**  
**DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA**

• **DIA NACIONAL DE**  
**COMBATE AO RACISMO**  
**NAS UNIVERSIDADES**  
**FEDERAIS, ESTADUAIS E**  
**MUNICIPAIS, INSTITUTOS**  
**FEDERAIS E CEFET**

**ANDES**

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS